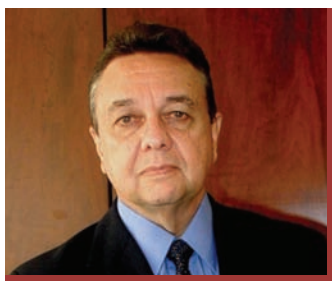


## Diário de bordo

## Inquietações no campo



Roberto Rodrigues\*

**D**URANTE O 10º Congresso da Abag, dois temas provocaram perplexidade em boa parte produtores rurais presentes.

Um deles, explorado por dois respeitados pesquisadores (Eduardo Assad, da Embrapa e Hilton Silveira Pinto, da Unicamp), tratou dos impactos que as mudanças climáticas em andamento poderiam provocar sobre os futuros cenários da agricultura brasileira.

E o outro, fruto de cuidadosos estudos realizados pelo competente cientista Evaristo Miranda, também da Embrapa, mostrou que, seguindo todas as leis, regras e decretos sobre o uso das terras no Brasil, apenas 7% da Amazônia e 33% do país seriam passíveis de ocupação econômica, para agropecuária, indústria, cidades e construções em geral.

O primeiro trabalho foi feito com base na tecnologia de Zoneamento de Riscos Climáticos, que informa qual o nível de risco em mais de 5.000 municípios brasileiros para as nove principais plantas cultivadas: algodão, arroz, café, cana, feijão, girassol, mandioca, milho e soja.

O aumento das temperaturas poderia provocar perdas nas safras de grãos de R\$ 7,4 bilhões em 2020, alterando profundamente a geografia da produção agrícola no Brasil. Áreas que atualmente são as maiores produtoras de grãos poderiam não estar mais aptas ao plantio bem antes do final do século.

A mandioca poderia desaparecer do semi-árido, e o café teria poucas condições de sobrevivência no Sudeste. De outro lado, a Região Sul seria propícia ao plantio de mandioca, de café e de cana-de-açúcar, mas não mais da soja, uma vez que a região ficaria mais sujeita a estresses hídricos. A cana poderia se espalhar pelo Brasil todo, a ponto de dobrar a área plantada hoje.

É claro que tudo isso aconteceria se nada fosse feito para mitigar o aquecimento global. E, deve-se levar em conta que a pesquisa agrícola criará variedades adaptáveis às novas condições.

O segundo trabalho mapeou e quantificou o alcance territorial da legislação ambiental e indígena, considerou o Código Florestal e as Áreas de Preservação Permanente associadas à hidrografia e ao relevo, bem como a Reserva Legal, não incluindo mangues, restingas, dunas, nascentes, locais de reprodução da fauna e outras categorias previstas pelo Conama.

O conjunto de todas essas áreas levaria a uma restrição legal do uso das terras sobre mais de 93% do bioma Amazônia, colocando na ilegalidade grande parte das atividades econômicas regionais. Ou seja, dos 420 milhões de hectares do bioma Amazônia, só 29 milhões estariam legalmente disponíveis para ocupação intensiva. No Brasil, seriam pouco mais de 280 milhões de hectares, 33% do território, o que corresponde quase à área já ocupada pela agropecuária, sem considerar o que já está ocupado por cidades, atividades energético-mineradoras, industriais e infra-estruturas.

São temas realmente preocupantes e que devem receber a atenção dos órgãos de representação do agronegócio e dos setores governamentais afins. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## Para inglês ver



Cesário Ramalho da Silva\*

**A**S RECENTES portarias da Fundação Nacional do Índio (Funai) relativas à demarcação de novas reservas indígenas estão trazendo pânico às pessoas de muitas regiões do País. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, cerca de 26 municípios estão sob a ameaça de serem riscados do mapa.

Na questão indígena não há como separar os índios do Brasil. As reservas fazem parte do território nacional e os índios são os primeiros habitantes daqui. As terras indígenas não devem ser áreas de exclusão e sim de integração do povo brasileiro.

Muitos grupos se esforçam, sob o guarda-chuva ideológico de solidariedade, para ampliar as reservas indígenas, sem, em muitos casos, consultar os próprios índios e apresentar motivo claro para tamanho altruísmo.

É preciso equilibrar o desejo do índio de ter acesso ao convívio urbano, a direitos que os demais cidadãos brasileiros têm, com mecanismos que preservem sua cultura. Temos de tratar o índio como cidadão, e não como um “selvagem” para inglês ver.

A população indígena aumenta quatro vezes acima da branca, revela o estudo Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2008, do IBGE. Cresceu 2,5 vezes entre 1991 e 2000. De acordo com o mesmo levantamento, o Brasil tem mais de 700 mil índios. Ainda conforme dados do IBGE, existem aproximadamente 106.359.281

## Opinião

Mudanças climáticas:  
o sertão vai virar mar?

hectares de terras indígenas, que correspondem a 12,5% do território nacional.

A pergunta que fica é quanto de terra realmente o índio precisa para viver?

O estilo de vida baseado na caça, coleta, agricultura nômade exige grandes extensões territoriais, incompatíveis com a realidade do Brasil hoje. Também é insustentável do ponto de vista social, econômico e ambiental.

Fica claro que o sistema de organização social do índio é incompatível com as novas relações pessoais a que estão sujeitos hoje. Dessa forma, em vez de conceder enormes extensões de terra, o governo precisa assistir o índio, oferecendo-lhe instrumentos para que tenha uma vida digna e, simultaneamente, conserve suas tradições. Além disso, uma política indigenista precisa ser segmentada por tribo e região do País. Essas variáveis demandam medidas diferentes.

Sendo assim, temos o diagnóstico que o governo precisa intensificar o diálogo com todas as partes envolvidas na questão indígena. Falta pluralidade que busque o interesse público nacional nas decisões para nortear a demarcação de reservas.

Se nada mudar, como ficam os proprietários, com títulos legítimos, que vivem em áreas supostamente indígenas? O que será deles se tiverem de sair? O agronegócio é um dos grandes responsáveis pelo pagamento de impostos, geração de emprego, riqueza e renda. O Estado tem responsabilidade total sobre isso. Não pode, ao resolver um problema social, criar outro.

Soma-se a isso, a problemática legislação ambiental, que tem no Decreto 6.514 seu maior exemplo para que o produtor rural se sinta intranquilo e pressionado. O modo como o governo trata a questão indígena precisa ser revisto. ■



João Sampaio\*

NÃO, O sertão não vai virar mar. O sertão está virando um imenso pomar ou, ainda, campos de grãos das mais diversas tonalidades. Vai do verde da soja ao vermelho dos frutos de café, passando pelo branco das plantações de algodão. O temor do agricultor com as mudanças na paisagem ante a mudança climática pode levar a análises limitantes da capacidade de inovação da agricultura brasileira.

Um estudo de interpretação de dados climáticos e cenários previstos para os próximos 60 anos, realizado pela Embrapa e instituições no IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), mostra alterações na geografia produtiva das principais culturas agrícolas brasileiras. O alarde inicial foi grande: as culturas tradicionais de uma região migrariam para outros cantos do País. O anúncio rendeu acaloradas discussões científicas e apreensão no setor produtivo e na sociedade em geral.

Mas o trabalho, na verdade, é um alerta para a pesquisa agropecuária e a ciência dos alimentos não se acomodarem. Paradigmas, a agricultura brasileira já quebrou muitos e, agora, terá outros pela frente. O aquecimento tem sido gradual. Desde a década de 70, a pesquisa adapta variedades de clima temperado para produzir em ambientes mais quentes. Os institutos de pesquisa centenários de São Paulo, como o Instituto Agrônomo e o

Instituto Biológico, com 121 e 80 anos respectivamente, sempre desenvolveram técnicas de combate ao estresse hídrico e a pragas, assim como cultivares adaptáveis às condições edafoclimáticas, que até então eram impensáveis.

No café, um híbrido conhecido como obatã permite o seu cultivo em regiões com temperaturas de até 25° C. A decadência da cultura cafeeira no Vale do Paraíba, descrita no livro *Cidades Mortas*, por Monteiro Lobato, migrou para o sul de São Paulo, depois norte do Paraná, e chegou ao cerrado baiano. O escritor não imaginava a recuperação econômica e tecnológica para levar o café das montanhas para as terras do sertão.

As variedades de cana-de-açúcar, com alta adaptabilidade ao déficit hídrico, são desenvolvidas a para alta incidência solar na produção de sacarose. Experimentos no oeste da Bahia e no cerrado mineiro apontam para rendimentos de 155 a 160 quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada, 10% acima da produzida em São Paulo. Há 30 anos, ninguém imaginava que fosse possível a transição da produção de soja dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná para a Região Centro-Oeste. Com a inovação nas variedades, o Brasil será um dos maiores produtores e exportadores do grão no mundo.

Biotecnologia, mudança climática e alimento seguro caminham juntos nas discussões sobre o futuro da produção agrícola mundial. Controlar essa tríade é um fator condicionante para dominar o comércio internacional e ter ascensão nas negociações de preços e mercados. Um desafio para o Brasil, além do de superar os obstáculos de tributação, logística e seguro. ■

\* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo